

n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e legislação complementar. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Outubro de 2006. — O Vereador para a Gestão de Recursos Humanos, com competência delegada, *Eusébio Candeias*.

1000307764

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

Aviso n.º 93/VC/DRH/SR-2006

Concursos internos de acesso geral

«Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com as adaptações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, pelos meus despachos n.ºs 371, de 13 de Setembro de 2006; 369 e 370, de 13 de Setembro de 2006, e 372, 373, 374 e 375, de 14 de Setembro de 2006, se encontram abertos, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso, para preenchimento dos lugares abaixo indicados:

Concursos internos de acesso geral:

Referência n.º 10 — um lugar na categoria de engenheiro de 1.ª classe;
Referência n.º 12 — dois lugares na categoria de técnico superior de 1.ª classe (área de comunicação social e relações públicas);

Referência n.º 13 — um lugar na categoria de técnico superior de 1.ª classe (área de sociologia);

Referência n.º 15/2006 — um lugar na categoria de engenheiro técnico especialista (área de engenharia civil);

Referência n.º 16/2006 — um lugar na categoria de técnico de 1.ª classe;

Referência n.º 17/2006 — cinco lugares na categoria de técnico profissional biblioteca e documentação especialista principal;

Referência n.º 26/2006 — dois lugares na categoria de carpinteiro de limpos principal.

2 — Nos presentes concursos serão aplicadas as normas constantes dos Decretos-Leis n.ºs 204/98, de 11 de Julho, 238/99, de 25 de Junho, 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro, esgotando-se a validade com o provimento das vagas a concurso.

3 — Os lugares a prover destinam-se ao exercício de funções nos Serviços Municipais na área do município do Seixal, nomeadamente:

Referência n.º 10/2006 — Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica;

Referência n.º 12/2006 — Divisão de Desporto e Equipamentos Desportivos e Gabinete de Imprensa e Relações Públicas;

Referência n.º 13/2006 — Divisão de Recursos Humanos;

Referência n.º 15/2006 — Divisão de Esgotos;

Referência n.º 16/2006 — Gabinete de Acção Social;

Referência n.º 17/2006 — Divisão de Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal;

Referência n.º 26/2006 — Divisão de Manutenção e Conservação Urbana.

4 — Nos presentes concursos serão utilizados os seguintes métodos de selecção:

Referências n.ºs 10/2006, 12/2006, 15/2006 e 26/2006:

Avaliação curricular;

Referências n.ºs 13/2006 e 16/2006:

Avaliação curricular;

Prova oral de conhecimentos específicos de natureza teórica;

Referência n.º 17/2006:

Avaliação curricular;

Prova escrita de conhecimentos específicos de natureza prática e teórica.

4.1 — A avaliação curricular (com carácter eliminatório) (AC) destina-se a avaliar as aptidões profissionais dos candidatos para o exercício da função (categoria), através da ponderação dos factores:

- a) Experiência profissional (EP);
- b) Formação profissional (FP);
- c) Habilitação académica de base (HAB);
- d) Classificação de serviço (CS).

A classificação dos candidatos será atribuída com base na escala de 0 a 20 valores, sendo eliminados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

4.2 — Prova de conhecimentos (com carácter eliminatório) (PC):

Referências n.ºs 13/2006 e 16/2006 — a prova será oral de conhecimentos específicos de natureza teórica (PC) terá a duração máxima de trinta minutos e abordará os seguintes temas:

Referência n.º 13/2006:

A gestão pela qualidade e suas repercussões na gestão de recursos humanos;

O papel dos programas integrados de formação e desenvolvimento no novo quadro de desafios da Administração Pública;

O *e-learning*: novos contextos formativos, novas soluções pedagógicas;

Avaliação dos resultados da formação: dos modelos à prática organizacional.

Bibliografia:

Norma ISO10015 (2002), Gestão da Qualidade — Linha de Orientação para a Formação, Caparica, Instituto Português da Qualidade; KIRKPATRICK, D. (1998), *Evaluating Training Programs — The Four Levels*, San Francisco: Berrett — Koehler Publishers, Inc;

MEIGNANT, A., (1999), *A Gestão da Formação*, Lisboa, Publicações Dom Quixote;

CAETANO, A., VALA, J. (organizadores) (2002), *Gestão de Recursos Humanos: Contextos, Processos e Técnicas*, 2.ª ed., Lisboa, RH Editora.

CARAPETO, C., FONSECA, F., (2005), *Administração Pública: Modernização, Qualidade e Inovação*, Lisboa, Edições Sílabo.

Referência n.º 16/2006:

Programa Rede Social — domínio dos instrumentos de apoio à implementação;

Rede social no município do Seixal — Conselho Local de Acção Social — conhecimento dos objectivos e estruturas organizativas;

A importância da parceria no combate à exclusão — o caso de um projecto de luta contra a pobreza — dimensões elegidas.

Bibliografia:

Ministério do Trabalho e da Solidariedade — Programa de Apoio à Implementação da Rede Social:

Despacho Normativo n.º 8/2002;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97;

Regulamento do Conselho Local de Acção Social do Seixal;

«Parceria no contexto de exclusão», *Intervenção Social*, n.º 21, Editora Esteves, pp. 149-164 — balanço de competências, ISSS, Departamento Editorial.

Referência n.º 17/2006 — a prova será escrita de conhecimentos específicos de natureza prática e teórica (PC), terá a duração máxima de duas horas e trinta minutos e abordará os seguintes temas:

Catálogo de três monografias e um áudio-visual;

Comentário de um texto sobre as bibliotecas públicas e a sociedade da informação.

Bibliografia:

ÁNG, Conny [et al.] — *El Papel de las Bibliotecas Públicas en una Sociedad Mediática e Introducción de los Medios Electrónicos en las Bibliotecas Públicas*, Barcelona, Fundación Bertelsmann, 1999, p. 101;

Blanc, Montmayeur, Martine [et al.] — *Lista de Cabeçalhos de Assunto para Bibliotecas*, Lisboa, Caminho, 1999, p. 311, Caminho das Bibliotecas & Informação;

Campos, Fernanda Maria Guedes de [et al.] — *Regras Portuguesas de Catalogação*, Reedição, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1997, ISBN 972-565-242-8.

4.3 — O ordenamento final dos candidatos será expresso na escala de 0 a 20 valores e será igual à classificação obtida nos métodos de selecção adoptados, de acordo com a seguinte fórmula:

Referências n.ºs 10/2006, 12/2006, 15/2006 e 26/2006:

$$CF = AC$$

Referências n.ºs 16/2006 e 17/2006:

$$CF = \frac{AC + PC}{2}$$

sendo:

CF = classificação final;
AC = avaliação curricular;
PC = prova de conhecimentos.

Consideram-se não aprovados os candidatos que na classificação final obtenham uma classificação inferior a 9,5 valores.

4.4 — Os critérios de apreciação e ponderação do método de selecção a utilizar nos presentes concursos constam de actas de reunião dos júris dos respectivos concursos, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

5 — A composição do júri dos diversos concursos será a seguinte:

Referência n.º 10/2006:

Presidente — Cláudia Sofia Marques Loureiro Pinto, técnica superior de geografia e planeamento de 1.ª classe, coordenadora do Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica.

1.º vogal efectivo — Francisco José Duarte Marques, engenheiro civil assessor de 1.ª classe.

2.º vogal efectivo — Isabel Maria Melo Moreira, técnica superior de geografia e planeamento de 1.ª classe.

1.º vogal suplente — Isabel Alexandra Fernandes dos Santos Pina, técnica superior de geografia e planeamento de 1.ª classe.

2.º vogal suplente — Luísa Salomé Freixo Lopes de Castro Noqueira, técnica superior de geografia e planeamento de 1.ª classe.

Referência n.º 12/2006:

Presidente — Maria Madalena de Sousa Moreira da Silva, chefe do Gabinete da Presidência.

1.º vogal efectivo — Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, director de Projecto Municipal.

2.º vogal efectivo — Maria Leontina Coutinho de Sousa, chefe de divisão.

1.º vogal suplente — Isabel Maria Gonçalves Mirandela da Costa, professora.

2.º vogal suplente — Irina Leonidovna Sidorova Pereira Almeida, técnica superior de contabilidade/gestão/economia principal.

Referência n.º 13/2006:

Presidente — Valentim Rodrigues Pinto, chefe de divisão.

1.º vogal efectivo — Luísa Maria Ramos Serra, técnica superior de serviço social assessor.

2.º vogal efectivo — Dulce Maria pinheiro Raimundo, técnica superior de 1.ª classe.

1.º vogal suplente — Teresa de Jesus Palmeiro Calado, técnica superior de 2.ª classe.

2.º vogal suplente — Ana Maria Coelho da Silva Castilho, técnica superior de contabilidade/gestão/economia de 1.ª classe.

Referência n.º 15/2006:

Presidente — Maria Amélia Tomás Ribeiro, engenheira civil assessora principal.

1.º vogal efectivo — Ana Cristina Serra Cardoso Silva, engenheira de ciências do ambiente de 1.ª classe.

2.º vogal efectivo — Patrícia Sofia Augusto Mestre, engenheira de ciências do ambiente de 2.ª classe.

1.º vogal suplente — Rui Miguel Alves Silveiro, chefe de divisão.

2.º vogal suplente — Maria Ercília Botelho da Palma, directora de departamento.

Referência n.º 16/2006:

Presidente — Anabela Trindade Soares, técnica superior de serviço social assessora.

1.º vogal efectivo — Eugénia Maria Monteiro Rodrigues, técnica superior de serviço social de 1.ª classe.

2.º vogal efectivo — Isabel Maria Palma Esteves Rosinha Marçal, técnica superior de 1.ª classe.

1.º vogal suplente — Teresa Maria Bento Alves Filipe, técnica superior de serviço social de 1.ª classe.

2.º vogal suplente — Soraia Issufo, técnica superior de 2.ª classe.

Referência n.º 17/2006:

Presidente — Vera Maria da Silva, chefe de divisão.

1.º vogal efectivo — Micaela Botas Ferreira Guerreiro, técnica superior de biblioteca e documentação de 1.ª classe.

2.º vogal efectivo — Cláudia Margarida Peres da Silva Pinto Brites Nunes, técnica superior de biblioteca e documentação de 2.ª classe.

1.º vogal suplente — Ana Paula Jurado Duarte Painço Rosendo, coordenadora técnica profissional de biblioteca e documentação.

2.º vogal suplente — Albertina Maria Milheiro Gomes, técnica superior de arquivo de 1.ª classe.

Referência n.º 26/2006:

Presidente — José Eduardo Bico Moura Didelet, director de departamento.

1.º vogal efectivo — Maria Manuela Ramos Costa Abrunhosa, chefe de divisão.

2.º vogal efectivo — Manuel Fernando dos Santos Caineta, encarregado.

1.º vogal suplente — Ana Isabel Lapa Caeiro Lino, engenheira técnica civil de 1.ª classe.

2.º vogal suplente — António Manuel Candeias Boleta, engenheiro civil de 2.ª classe.

5.1 — O presidente do júri dos concursos será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

6 — São requisitos de admissão aos respectivos concursos:

Referências n.ºs 10/2006, 12/2006 e 13/2006 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 15/2006 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 16/2006 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 17/2006 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 26/2006 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento tipo, a fornecer pela Divisão de Recursos Humanos, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para a Divisão de Recursos Humanos, sita na Rua de Cândido dos Reis, 92, 2840-503 Seixal.

8 — Os requerimentos de admissão deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade (frente e verso);

b) *Curriculum vitae*, devidamente datado, assinado e documentado, nomeadamente fotocópia dos documentos comprovativos da frequência das acções de formação;

c) Certificado de habilitações (original ou cópia);

d) Declaração devidamente autenticada e actualizada, emitida pelo organismo ao qual o candidato pertença, donde constem inequivocamente a natureza do vínculo, o tempo na categoria, na carreira e na função pública e, ainda, o conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa, bem como a classificação de serviço dos últimos três anos ou seis anos.

9 — Os candidatos que sejam funcionários desta autarquia são dispensados da apresentação dos documentos a que aludem as alíneas c) e a segunda parte da alínea b) do número anterior, desde que estes constem do processo individual e da declaração a que alude a alínea d).

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — As candidaturas que não obedeçam aos requisitos previstos no presente aviso serão excluídas.

12 — A lista de candidatos admitidos a concurso e a classificação final serão afixadas na Divisão de Recursos Humanos e notificadas aos candidatos nos termos dos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6 de Novembro de 2006. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Corália de Almeida Loureiro*. 3000219488